

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO ÉTICA EM COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Arthur Coelho Bezerra – (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT)

Andréa Doyle – (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT)

CRITICAL INFORMATION LITERACY AND ETHICAL PARTICIPATION IN LEARNING COMMUNITIES

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O presente artigo é uma exposição argumentativa sobre a competência em informação e a ética na academia, baseada em pesquisa bibliográfica. O fio condutor do trabalho é a análise crítica do *Framework for Information Literacy for Higher Education* da Association of College & Research Libraries (ACRL) a partir das questões éticas tratadas ou subentendidas ao longo do documento. A discussão ética passa a ser central a partir do momento em que o *Framework* insere a noção de participação ética nas comunidades de aprendizagem na definição do conceito de competência em informação. O texto dialoga com as pesquisas sobre ética da informação de Rafael Capurro e Luciano Floridi, destacando a importância do contexto cultural (para o primeiro) e da infosfera (para o segundo). Se relaciona, também, com os trabalhos de pesquisadoras brasileiras como Elisabeth Dudziak, Regina Belluzzo e Marcia Rosetto, além de publicações sobre a chamada competência crítica em informação, voltadas, dentre outros assuntos, para análises críticas sobre as definições de competência em informação (como as apresentadas no documento da ACRL). Conclui que o documento corresponde a um passo importante para uma compreensão mais crítica e ampla do conceito de competência em informação, e sugere que suas recomendações sejam entendidas, criticadas e adaptadas à realidade brasileira para que ele se torne, de fato, um instrumento útil para a construção coletiva do conhecimento.

Palavras-Chave: Competência em Informação. Competência Crítica em Informação. Ética. Framework em Competência em Informação. ACRL.

Abstract: The paper is an argumentative exposition about information literacy and academic ethics, based on bibliographical research. The work is structured as a critical analysis of Association of College & Research Libraries (ACRL) Framework for Information Literacy for

Higher Education around ethical matters discussed or implied in the document. The ethical discussion becomes central from the moment when the Framework inserts the notion of ethical participation in learning communities in the definition of information literacy. It dialogues with Rafael Capurro and Luciano Floridi's researches about information ethics, highlighting the importance of cultural context (for the first) and the infosphere (for the second). It also relates both with the exponent work of Brazilian researchers such as Elisabeth Dudziak, Regina Belluzzo and Marcia Rosetto and with the research line called critical information literacy, which proposes a critical view of information literacy concepts (such as the one in the ACRL document). It concludes that the Framework represents a step in the direction of a broader and more critical comprehension of the concept of information literacy, and suggests that its recommendations should be understood, criticized and adapted to the Brazilian reality in order to become, in fact, a useful instrument for collective knowledge construction.

Keywords: Information Literacy. Critical Information Literacy. Ethics. Framework for Information Literacy for Higher Education. ACRL.

1 INTRODUÇÃO

A *Association of College & Research Libraries* (ACRL), considerada referência internacional em pesquisas nos campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, publicou em 2015 um novo documento de referência para os estudos sobre competência em informação (*information literacy*). O *Framework for Information Literacy for Higher Education* (doravante Framework) propõe trazer um novo olhar, mais crítico e flexível, a respeito do atual ecossistema de informação, destacando as rápidas mudanças no ambiente educacional e sublinhando a responsabilidade que estudantes, professores e bibliotecários devem assumir em um mundo informacional cada vez mais dinâmico e diverso.

Esse novo Framework foi produzido com vistas a atualizar os *Information Literacy Competency Standards for Higher Education* (ACRL, 2000), que definiram as premissas de inúmeras pesquisas e projetos sobre o tema da competência em informação. Na verdade, desde 1989 a *American Library Association* (ALA) já havia publicado um relatório final destacando o que seriam os quatro componentes da competência em informação: “a habilidade de reconhecer quando a informação é necessária e de localizá-la, avaliá-la e utilizá-la eficazmente”¹. Esses mesmos componentes estão presentes na definição apresentada pelo documento da ACRL.

¹ Disponível em <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential> Acesso em 17 de julho de 2017.

O caráter tecnicista, positivista e pouco dinâmico dos Standards deu mote a uma série de críticas, como as que vêm sendo publicadas nos últimos dez anos sob o conceito de *critical information literacy* – em português, o termo foi traduzido como “competência informacional crítica” (VITORINO; PIANTOLA, 2009) e como “competência crítica em informação” (BEZERRA, 2015; DOYLE, 2017; BEZERRA, SCHNEIDER; BRISOLA, 2017). Em revisão de literatura sobre os dez anos de uso do termo², Eamon Tewell afirma que “[...] as críticas ao conceito de competência em informação e/ou aos Standards da ACRL fornecem o contexto necessário à introdução da competência crítica em informação” (TEWELL, 2015, p.28, tradução nossa):

A literatura de competência crítica em informação questiona muitos dos pressupostos extensamente disseminados sobre competência em informação e a própria natureza da educação em ambientes de bibliotecas, abordando temas como a impossibilidade de neutralidade pedagógica e a incompatibilidade de instrução baseada em habilidades com o envolvimento dos alunos no processo de aprendizagem. A competência crítica em informação considera as maneiras pelas quais os bibliotecários podem encorajar os alunos a se envolver e atuar sobre as estruturas de poder que sustentam a produção e disseminação da informação (TEWELL, 2015, p.25, tradução nossa).

Considerando as críticas supracitadas, o novo documento da ACRL, ao invés de Standards (ou seja, de padrões rígidos que definem etapas para os indivíduos se tornarem competentes em informação), prefere propor uma espécie de “enquadramento” (Framework) para o desenvolvimento contínuo da competência em informação nos membros da comunidade acadêmica:

O *Framework* oferecido aqui é intencionalmente chamado de quadro porque é baseado em um conjunto de conceitos básicos interligados, com opções flexíveis de implementação, em vez de um conjunto de padrões ou resultados de aprendizagem, ou qualquer enumeração prescritiva de habilidades (ACRL, 2015, p.1, tradução nossa³).

A perspectiva construtivista conduz o tom geral do documento, no sentido de destacar a construção social da informação, o aprendizado ao longo da vida e a centralidade do estudante no seu próprio processo de aprendizagem. A antiga definição tecnicista dos Standards, atrelada às habilidades para localização, avaliação e uso eficaz da informação, é

² O artigo de James Elmborg, intitulado *Critical information literacy: Implications for instructional practice*, foi publicado em 2006.

³ Disponível em <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework> Acesso em 17 de julho de 2017.

substituída por uma visão mais ampla e social da competência em informação, entendida agora como o conjunto de

[...] habilidades integradas que compreende a descoberta reflexiva da informação, o entendimento da maneira com que a informação é produzida e valorizada e o uso da informação para a criação de novos conhecimentos e para a participação ética em comunidades de aprendizagem (ACRL, 2015, p. 3, tradução nossa⁴).

O que nos interessa especialmente nesta pesquisa são os contornos da dimensão ética presentes no Framework: embora sejam abordados temas relacionados a questões éticas ao longo do documento, em nenhum momento de suas 18 páginas de orientações o Framework define o que seria ética ou o que entende por “participação ética em comunidades de aprendizagem”.

Instigados por tais dúvidas, iremos empreender, no presente trabalho, um sobrevoo exploratório pelo conteúdo do Framework para identificar temas e possíveis concepções a respeito da ética. Posteriormente, apontaremos a relação entre os temas éticos discutidos no Framework e as reflexões trabalhadas por filósofos da informação como Rafael Capurro (2009; 2010) – que destaca as variações culturais da percepção ética e propõe uma ética intercultural da informação (*intercultural information ethics*) – e Luciano Floridi (2013), que discute a postura ética do estudante como consumidor e produtor de informação e seu impacto no que chama de infoesfera.

Ao fim do trabalho, concluímos que a ética perpassa toda a atividade informacional e que o Framework da ACRL, em que pesem algumas limitações (como as que serão aqui apontadas), representa um importante passo em direção a uma compreensão mais crítica da competência em informação, contribuindo para a orientação de pesquisas brasileiras sobre o tema no campo da Ciência da Informação.

2 ÉTICA NO FRAMEWORK

O texto de introdução do Framework (ACRL, 2015) estabelece algumas novas premissas em relação ao conceito de competência em informação. A primeira delas é entendê-la como um *threshold concept* (que poderia ser traduzido como conceito fundador ou conceito pilar), o que significa que, uma vez apropriado pelo indivíduo, o conceito cria novas perspectivas e novas maneiras de entender e até de questionar uma disciplina ou

4 Disponível em <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework> Acesso em 17 de julho de 2017

campo de conhecimento. Além disso, a competência em informação é entendida como uma metacompetência, ou seja, para além das ditas *information skills* (capacidades informacionais), carrega um sentido de colaboração na produção e no compartilhamento de informação em ambientes digitais participativos, o que demanda o exercício constante do pensamento crítico e da reflexividade, além de atualização tecnológica constante. Por fim, a competência em informação está atrelada ao conceito de metacognição, que diz respeito à compreensão, por parte de cada indivíduo, de sua própria forma de aprender e de pensar, ou, em outras palavras, o exercício do autoconhecimento e da autorreflexão. De uma maneira geral, vislumbramos a competência em informação como um conceito que abre novos horizontes, que supõe colaboração e aprendizagem constantes e que implica em uma postura crítica e reflexiva.

As recomendações formuladas no Framework estão divididas em seis quadros, cada um consistindo em um conceito central brevemente explicado, seguido por uma lista de “práticas de conhecimento” e outra de “disposições” (ACRL, 2015, p.2). Os seis *threshold concepts* são definidos no documento da seguinte forma:

A autoridade é construída e contextual: recursos informacionais são o reflexo da expertise e da credibilidade de seus criadores, e são avaliados com base na necessidade de informação e no contexto em que a informação será usada. A autoridade é construída no sentido em que várias comunidades podem reconhecer diferentes tipos de autoridade, e é contextual porque a necessidade de informação pode ajudar a definir que nível de autoridade é demandado.

A criação da informação como processo: a informação, em qualquer formato, é produzida para transmitir uma mensagem e é compartilhada por meio de um método de entrega escolhido. O processo de pesquisa, criação, revisão e disseminação da informação varia e o produto resultante dele reflete essas diferenças.

A informação tem valor: a informação possui várias dimensões de valor, incluindo como commodity (matéria prima ou mercadoria), como meio de educação, de influência, de negociação e de compreensão do mundo. Interesses legais e socioeconômicos influenciam a produção e a disseminação da informação.

A pesquisa como investigação: a pesquisa é iterativa e depende de se fazer perguntas crescentemente mais complexas ou novas perguntas cujas respostas desenvolvem outras perguntas ou linhas de investigação em uma área.

A academia como conversa: comunidades de estudantes, de pesquisadores e de profissionais se engajam em discursos sustentados com novos insights e descobertas que acontecem ao longo do tempo, como resultado de variadas perspectivas e interpretações.

A busca como exploração estratégica: a busca por informação é frequentemente não-linear e iterativa, requerendo a avaliação de uma variedade de fontes de informação e a flexibilidade mental para perseguir vias alternativas quando novos entendimentos se desenvolvem (ACRL, 2015, p.4-9, tradução nossa).

Ao longo das seis páginas em que os tópicos acima são desenvolvidos, a palavra “ética” aparece apenas uma vez; de fato, seja em sua forma adverbial ou adjetivada, são apenas quatro as menções ao termo “ética” ao longo de todo o documento, sendo duas delas na citada referência à “participação ética em comunidades de aprendizagem”. Em relação a esta repetida citação, o texto não aponta quais os caminhos que devem ser percorridos de forma a se atingir o comportamento ético requerido, e também carece de exemplos do que seria uma participação ética ou antiética nas comunidades de aprendizagem – embora haja menções (especialmente no quadro “a informação tem valor”) às leis de propriedade intelectual (*intellectual property laws ou copyright laws*) e à prática de plágio (*plagiarism*).

Encontramos, ainda, duas outras aparições do termo “ética” no documento da ACRL. No parágrafo introdutório, após discorrer sobre o atual ecossistema informacional, tido como dinâmico e frequentemente incerto, o texto do Framework aponta as crescentes responsabilidades de estudantes, professores e bibliotecários: estes últimos teriam uma maior responsabilidade para identificar “ideias centrais dentro de seu próprio domínio do conhecimento, que podem ampliar o aprendizado para os alunos, na criação de um novo currículo coeso para a alfabetização da informação e na colaboração mais extensa com os professores”; o corpo docente, por sua vez, teria maior responsabilidade “na elaboração de currículos e tarefas que promovam o engajamento aprimorado com as ideias fundamentais sobre a informação e a academia dentro de suas disciplinas”; já aos estudantes caberia “um papel maior e mais responsabilidade na criação de novos conhecimentos, na compreensão dos contornos e das dinâmicas do mundo da informação e no uso ético da informação, de dados e da academia” (ACRL, 2015, p. 2, tradução e grifos nossos).

Na passagem citada, por um lado, percebe-se uma influência dos trabalhos desenvolvidos na linha da competência crítica em informação, como o destaque dado por

Tewell (2015) para a importância do envolvimento e atuação dos alunos nas estruturas de poder que sustentam a produção e disseminação da informação, perspectiva alinhada às premissas da pedagogia crítica freireana⁵ de centralidade do estudante e de seu papel ativo na construção de seu próprio aprendizado.

Por outro lado, parece estar subentendido que a “participação ética em comunidades de aprendizagem” seria um ônus exclusivo dos estudantes, já que o “uso ético da informação” não é destacado quando se discorre sobre as responsabilidades de professores e bibliotecários – mesmo que o primeiro *threshold concept* apresentado, “a autoridade é construída e contextual”, possa dar pistas sobre a necessidade de se questionar o uso ético da informação por esses profissionais. Também não encontramos, no Framework da ACRL, qualquer menção sobre outras responsabilidades dos demais agentes envolvidos com o processo educacional, como gestores, funcionários da instituição, financiadores etc.. Em um documento com tendências construtivistas, que aborda a importância da comunidade e da coletividade, é no mínimo curioso que a menção ao “uso ético da informação” esteja relacionada apenas à responsabilidade dos estudantes, como se as mencionadas práticas de plágio e violação de direitos de propriedade intelectual não proliferassem, também, na comunidade docente.

A última aparição do termo ética no Framework se dá no quarto quadro, chamado “a pesquisa como investigação”, que compreende a pesquisa científica como uma atividade colaborativa que se dá dentro de uma comunidade que dialoga, formula críticas, constrói e destrói paradigmas, que segue elaborando e respondendo questões que geram novas questões e assim por diante. Dentro das disposições desse quadro, ou seja, na lista de atitudes, afetos e valores a serem desenvolvidos pelo acadêmico em direção à competência em informação, encontramos a premissa de “se guiar de forma ética e legal ao coletar e usar a informação” (ACRL, 2015, p.7). A aproximação dos adjetivos “ética” e “legal” merece nossa atenção por um momento.

A tradição sociológica reconhece que as leis, que estabelecem o que é permitido e o que é proibido fazer em uma determinada jurisdição, baseiam-se em princípios éticos socialmente construídos. Segundo Durkheim, “alguns fatos morais possuem tal força

⁵ Paulo Freire, autor da proposta emancipatória de educação conhecida como Pedagogia do Oprimido, é frequentemente citado por pesquisadores que se dedicam aos estudos de competência crítica em informação, como James Elmborg, John Doherty, Kevin Ketchner e Eamon Tewell (TEWELL, 2015).

imperativa sobre os juízos que levam a sociedade a criar medidas concretas para impedir a sua infração (...); nestes casos, os juízos morais dão vida a fórmulas jurídicas” (DURKHEIM, 1970, p.96). Sem embargo, em sociedades complexas caracterizadas pela convivência (nem sempre pacífica) entre diferentes grupos sociais, é comum que certas leis não estejam em consonância com o juízo moral de determinados setores. A grande variação, de país para país, entre diferentes arcabouços jurídicos sobre temas conturbados como o aborto, a maioria penal, o armamento da população civil e o uso de drogas – e mesmo as discussões que a legislação vigente desses temas provoca entre os cidadãos de uma mesma nação – é suficiente para, mediante certo relativismo cultural de inspiração antropológica, considerarmos a proposta de uma ética intercultural da informação, segundo os termos do filósofo Rafael Capurro (2009; 2010).

Além de ser autor de uma produção teórica muito influente na Ciência da Informação sobre o tema da ética em informação, Capurro é também um incansável divulgador e incentivador de tais estudos, seja por meio de seu site pessoal, das redes internacionais de pesquisadores, do periódico *International Review of Information Ethics* (IRIE), fundado pelo filósofo, ou do portal *International Center for Information Ethics* (ICIE), também criado por Capurro. Nesse site, a ética em informação é definida como “uma teoria descritiva e emancipatória”: na condição de teoria descritiva, “explora as estruturas de poder que influenciam atitudes e tradições informacionais em diferentes culturas e épocas”; já na qualidade de teoria emancipatória, “desenvolve críticas a atitudes e tradições morais no campo da informação, em nível individual e coletivo. Isso inclui aspectos normativos”⁶.

A proposta capurriana de uma ética intercultural da informação considera o atual poder das redes digitais e sua penetração nas mais diferentes matrizes culturais, e propõe uma abordagem das fontes das normas éticas que considere a experiência cognitivo-emocional múltipla de tais fontes, a fim de descrevê-las e de iniciar a interminável tarefa de tradução entre elas (CAPURRO, 2009, p.73).

Uma futura filosofia intercultural deve buscar uma base textual da literatura, arte, religião e cultura cotidianas, prestando atenção aos fenômenos complexos e à interação entre os estados de espírito e a compreensão. Se existe o perigo de criar estereótipos, há também uma questão em negligenciar não apenas as diferenças concretas ou factuais,

⁶ Disponível em: <<http://icie.zkm.de/research>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

mas também as estruturais ou ontológicas, alegando uma única cultura mundial que reflete principalmente os interesses e o estilo de vida global de uma pequena parcela da humanidade (CAPURRO, 2009, p.70, tradução nossa).

Ao tomar como exemplo a questão da privacidade em seus mais diversos entendimentos (com as noções subjacentes de individualidade/coletividade tendo respostas bastante distintas em culturas ocidentais e orientais), Capurro demonstra que uma regulamentação ou prática internacional única seria de difícil execução, partindo de uma visão do “ser-no-mundo como uma fonte que se reflete em formas diferentes de acordo com emoções básicas em diferentes contextos culturais e históricos” (CAPURRO, 2010, s/p, tradução nossa). O filósofo sugere, então, que o debate ético sobre o tema seja um fórum aberto e permanente de comunicação participativa (das “comunidades de aprendizagem”, poderíamos complementar). Tal proposta corrobora não apenas alguns dos principais elementos do conceito de competência em informação, como o aprendizado contínuo e a construção coletiva do conhecimento, mas também os contornos do pensamento crítico e reflexivo que considera os condicionantes culturais, políticos e econômicos que atuam no regime de informação vigente, aproximando-se, assim, dos estudos em competência crítica em informação (BEZERRA, 2015; DOYLE 2017; BEZERRA, SCHNEIDER; BRISOLA, 2017).

3 ÉTICA E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

O cruzamento epistemológico entre os campos da ética e da competência em informação é tema de recente artigo de Frantiska Tomoriová, da Universidade de Bratislava. No texto, a autora pontua a aproximação de tais campos no novo Framework da ACRL7 e sugere que pesquisadores discutam a competência em informação como parte do conceito de ética em informação (TOMORIOVÁ, 2016, p. 87). Para tanto, a autora traça um caminho que passa pelo pensamento dos filósofos da informação Luciano Floridi (2013) e Rafael Capurro (2009; 2010), estuda o conceito de competência moral⁸ de Tuana (2007) e,

⁷ Após citar a definição do Framework, a autora destaca a “participação ética como uma abordagem muito interessante que demanda futuros estudos e discussões” (TOMORIOVÁ, 2016, p.88). É, precisamente, o que buscamos fazer no presente trabalho.

⁸ Competência moral (moral literacy) se desdobra em sensibilidade ética (saber se uma situação envolve questões éticas ou não), capacidade de raciocínio ético (habilidade de identificar a validade de fatos relevantes em uma situação ética e identificar os valores éticos de pessoas ou grupos envolvidos em uma situação ética), e imaginação moral (a chave da competência moral, o comprometimento em ser ético e

finalmente, se serve da mediação do conceito de pensamento crítico para relacionar competência em informação e ética da informação.

A abordagem macroética de Floridi (2013) considera a ética da informação como um braço da filosofia da informação que investiga o impacto ético do uso das TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) na vida humana e na sociedade. O interesse do pensamento de Floridi, para Tomoriová (2016), está na sua concepção de infosfera – ou seja, a totalidade do ambiente informacional consistindo de entidades informacionais, suas características, interações, processos e relações – e em seu modelo RPT: *resource, product, target*. O item “recurso” diz respeito à necessidade de informação que tem o agente moral para seu pensamento e comportamento moral; como produtor de informação, o agente moral tem que considerar questões de responsabilidade, confiabilidade, legalidade e desinformação, entre outras; e, como finalidade, o agente moral deve considerar de que maneira sua atuação afeta o ambiente informacional, com exemplos como a privacidade, confidencialidade, pirataria, filtragem e censura (FLORIDI, 2013).

No entendimento de Tomoriová, as três etapas da ética da informação de Floridi se relacionam com algumas dimensões da competência em informação, a saber: a primeira, com a qualidade das fontes de informação; a segunda, com as capacidades informacionais do usuário (ou agente moral); e a terceira, com a postura do Framework sobre a participação ética nas comunidades de aprendizagem.

O Framework, objeto desta pesquisa, está recheado de exemplos desse modelo RPT. No primeiro quadro, “a autoridade é construída e contextual”, se recomenda que o acadêmico “use ferramentas de pesquisa e indicadores de autoridade para determinar a credibilidade da fonte” e que “entenda os elementos que possam alterar essa credibilidade” (ACRL, 2015, p.4, tradução nossa). Essas duas afirmações contêm os três elementos levantados por Floridi: a avaliação crítica do recurso/fonte, a responsabilidade do produtor de informação e o impacto na infoesfera. Nesse sentido, o texto do Framework se alinha ao entendimento de Floridi ao sugerir à sua comunidade que selecione fontes de acordo com a credibilidade da autoridade (que, para mantê-la, deve produzir informação de qualidade), ao

advertir sobre a responsabilidade do pesquisador, que deve desconfiar dessa qualidade, e ao considerar o resultado desse processo para o estado geral de entropia⁹ da infoesfera.

Rafael Capurro é apresentado por Tomoriová (2016) como o filósofo de uma macroética preocupada com os impactos das tecnologias de informação e comunicação nos valores culturais e na vida tradicional de grupos sociais, tanto global como localmente. A autora desenvolve uma figura em que o conjunto maior é o contexto, enquanto a ética da informação e a competência em informação aparecem como subconjuntos interseccionados. Nesse arquétipo, o contexto representa exatamente a cultura e os aspectos pessoais, comunitários e situacionais com que se preocupa Capurro no desenvolvimento de sua proposta ética. O contexto é, sem dúvida, um elemento de fundamental importância para o estudo da competência em informação, especialmente quando se adota uma perspectiva interrelacional entre o usuário e a informação, em sua qualidade potencial de fornecer subsídios complementares para a leitura da informação.

Quando, no *threshold concept* “a informação tem valor”, a primeira prática de conhecimento sugerida proclama a necessidade de “entender que a propriedade intelectual é legal e socialmente construída e varia de acordo com a cultura” (ACRL, 2016, p. 6, tradução nossa), o Framework confirma a importância da compreensão das variações culturais para a adoção de uma postura ética, se alinhando à pesquisa de Capurro (2009; 2010). Ao citar a propriedade intelectual e as leis de copyright, o documento afirma que experts (ou seja, pessoas que contam com alto grau de competência em informação) entendem seus direitos e responsabilidades na comunidade. Eles entendem também que o valor da informação pode ser manuseado por interesses de grupos poderosos de forma a marginalizar certas vozes, e que este mesmo valor pode ser mobilizado por indivíduos e organizações para gerar mudanças com objetivo cívico, econômico, social ou de ganhos pessoais. Isso é bastante significativo, podendo levar à conclusão de que a competência em informação é, antes de mais nada, um estado constante de atenção, percepção e compreensão dos mecanismos que informam a construção da informação e, conseqüentemente, da ciência e da organização social em geral.

⁹ Para Floridi entropia é a destruição de informação ou o empobrecimento da infoesfera, que pode ser prevenido, reduzido ou invertido, segundo a atuação do indivíduo/grupo (FLORIDI, 2006; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009)

Outro ponto interessante levantado pela questão intercultural da ética é o próprio uso do Framework por universidades, pesquisadores e bibliotecários de outros países/culturas. Mesmo que o enquadramento da ACRL não se proponha a ser universal, a centralidade estadunidense, que o torna um exemplo, deve ser apreendida com o devido cuidado de adaptação a cada contexto local. Sobre este ponto, nos remetemos ao trabalho realizado por Elisabeth Dudziak (2008), que analisou as recomendações da Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida, documento de 2005 da *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)*, e teceu considerações sobre a imensa desigualdade existente na sociedade brasileira, em que a população, ao mesmo tempo, carece de saneamento básico e alfabetização inicial em certas localidades e, em outras, dispõe de ótimas estruturas de telecomunicações e desenvolve tecnologia de hardware e software com potencialidade para tornar-se referência internacional.

Preocupação semelhante acomete as pesquisadoras Regina Belluzzo e Marcia Rosetto (2017): ao apresentarem o estado da arte sobre as pesquisas em competência em informação no Brasil nos últimos 16 anos, mencionam a “Carta de Marília”, publicada em 2014 durante o III Seminário de Competência em Informação, na qual é sublinhada a necessidade de observância das particularidades inerentes à realidade brasileira para que atinja o propósito de elaborar diretrizes para a inserção da competência em informação nos vários níveis educacionais, incluindo nesse processo as unidades e serviços de informação (BELLUZZO; ROSETTO, 2017, p.549). Nas palavras redigidas na Carta:

A emergência e a importância da ColInfo para o Brasil nos últimos anos indica fortemente a necessidade de compartilhamento de experiências e vivências aplicáveis à realidade brasileira, para o enfrentamento de desafios que exigem e implicam na redução das iniquidades sociais e desigualdades regionais, no que diz respeito às políticas de acesso e uso da informação para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida (CARTA DE MARÍLIA, 2014, p.1).

Mais uma vez, portanto, percebemos a preocupação de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros em destacar a importância de se atentar para os contornos das matrizes culturais que caracterizam as diferentes “comunidades de aprendizagem”, expediente este que, concluímos, é fundamental para se alcançar um melhor entendimento sobre as possíveis formas de exercer a “participação ética” sugerida pelo Framework da ACRL como disposição para a competência em informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi analisar o Framework da ACRL a partir de suas declaradas ou subentendidas preocupações éticas e de seu caráter crítico. Por um lado, reconhecemos que o documento demonstra um passo importante em direção a uma abordagem mais social e mais crítica da competência em informação. Ele trata de grandes temas, sem fechar uma orientação única, revelando ter absorvido as críticas aos Standards e adotado uma perspectiva mais próxima dos preceitos dos estudos críticos sobre competência em informação. Ou seja, parece que o Framework traz questões caras ao subtema específico da competência crítica em informação para abordar a competência em informação de forma geral.

Ainda nessa direção, as menções e recomendações contidas no Framework mostram estar alinhadas com o que vem sendo trabalhado pelos dois principais filósofos da ética em informação de nosso campo. Ao propor um olhar para um contexto/infoesfera mais global, ou para particularidades culturais e para a posição dialética de consumidor/produzidor de informação, o documento corrobora o entendimento de que a ética perpassa toda a atuação informacional de sujeitos em suas comunidades de aprendizagem.

Por outro lado, o Framework pode ser criticado em diversos aspectos¹⁰, como o desenvolvimento fiscalista do quadro denominado “criação da informação como processo”, por exemplo. Seu conteúdo é o oposto do que o título sugere e trata o tempo todo da geração de produtos informacionais, confundindo o leitor sobre a abordagem e o objetivo de tal quadro. A falta de entendimento dos conceitos e das recomendações gerais do Framework é outra crítica que tem sido feita por bibliotecários nos Estados Unidos (especialmente os que baseavam sua prática instrucional nos Standards, considerados obsoletos pela ACRL depois do lançamento do Framework)¹¹. De fato, a linguagem usada no documento não é das mais acessíveis e, como já mencionado, os conceitos encontram-se espalhados pelo documento, demandando uma leitura mais atenta, que foi o caminho percorrido por esta pesquisa.

¹⁰ A crítica ao *Framework* como um todo foge ao escopo deste trabalho, mas já existe na comunidade internacional um movimento neste sentido, como pode ser lido em Tewell (2015) e Bombaro (2016), assim como a crítica da crítica, como no texto *online* de Farkas (2016).

¹¹ Para solucionar o problema, a ACRL lançou em 16 de junho deste ano um *toolkit* ou caixa de ferramentas para orientar bibliotecários nas suas práticas instrucionais. A exploração deste *toolkit* não coube no escopo desta pesquisa, mas deixamos aqui a indicação de sua existência.

Tendo em vista a comentada importância de uma associação como a ACRL para as pesquisas em Ciência da Informação e, mais especificamente, para os estudos em competência em informação, acreditamos que documentos basilares para tais estudos, como o Framework aqui discutido, devem ser objeto de análises e debates entre a comunidade acadêmica. Agimos, nesse sentido, conforme as duas primeiras recomendações dispostas na seção “como usar esse Framework” do próprio documento: “leia e reflita sobre todo o documento Framework”; e “convoque ou se junte a um grupo de bibliotecários para discutir as implicações dessa abordagem da competência em informação para sua instituição” (ACRL, 2015, p. 11, tradução nossa).

A ACRL incentiva os bibliotecários de competência em informação a serem imaginativos e inovadores na implementação do *Framework* em sua instituição. O quadro não se destina a ser prescritivo, mas a ser usado como documento de orientação na elaboração de um programa institucional. A ACRL recomenda a implementação do Framework em um contexto que seja útil para uma instituição específica, avaliando os resultados e compartilhando experiências com colegas (ACRL, 2015, p.11, tradução nossa).

Ao final da análise do documento, o Framework se impõe como um código de ética acadêmica para o século XXI, elevando a informação ao status de principal recurso, processo e produto da ciência. Se considerarmos a justaposição da definição de autoridade como algo construído e contextual, com o debate a respeito da questão do valor da informação e a visão de uma comunidade científica que dialoga para construir coletivamente o conhecimento, podemos vislumbrar a expansão da discussão sobre competência em informação para fora das paredes da biblioteca e da sala de aula, como ferramenta de pensamento crítico e exercício de cidadania para todos.

Concluimos esta exposição argumentativa cientes da importância, para a comunidade brasileira que estuda a competência em informação, de se inspirar, criticar e adaptar o Framework para a nossa realidade, na qualidade de contribuição para o movimento constante de construção de uma comunidade acadêmica mais atenta às mudanças sociais e, por isso mesmo, mais apta a contribuir com entendimentos sobre caminhos possíveis para a formação de cientistas e cidadãos mais éticos e críticos.

REFERÊNCIAS

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/ilFramework>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Chicago: ACRL, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/standards.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BELLUZZO, Regina; ROSETTO, Marcia. Identificando o Estado da Arte e Proposição de Indicadores em Competência em Informação (CoInfo) no Brasil sob o foco da Análise Qualitativa. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 6., Salamanca, Espanha, junho de 2017. **Proceedings...** Salamanca, 2017. Disponível em: <<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1428>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015. **Anais Eletrônico...** João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2716/1034>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.27, n.1, p. 7-16, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/31114/17408>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BOMBARO, Christine. The *Framework* is elitist. **Reference Services Review**, v.44, n.4, p.552-563, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/RSR-08-2016-0052>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CAPURRO, Rafael. Intercultural Information Ethics. Foundations and Applications. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, v.28, n.58, jul./dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-48232009000200004>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CAPURRO, Rafael. Desafios teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ÉTICA DA INFORMAÇÃO, 1., João Pessoa, 18 de março de 2010. Disponível em: <<http://www.capurro.de/paraiba.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CARTA DE MARÍLIA. In: SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, 3., Marília, São Paulo, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Arthur/Documents/Competência%20em%20Informação/CARTA_de_Marília.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

DOYLE, A. **Competência em crítica em informação nas escolas ocupadas do Rio de Janeiro**. 137 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2017.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade da informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008.

DURKHEIM, Émile. **A ciência social e a acção**. Lisboa: Bertrand, 1970.

FARKAS, Meredith. **Information wants to be free. Is the Framework Elitist? Is ACRL?** [18/10/2016]. [Blog, Internet]. Disponível em:
<<https://meredith.wolfwater.com/wordpress/2016/10/18/is-the-Framework-elitist-is-acrl/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FLORIDI, Lucien. Information ethics, its nature and scope. **SIGCAS Computers and Society** 21, v.36, n.3. 2006. Disponível em:
<<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.499.6848&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 20 jul 2017.

_____. **The ethics of information**. USA: Oxford University Press, 2013.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Desafios contemporâneos da ciência da informação: as questões éticas da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., João Pessoa, 2009. **Anais Eletrônico...** João Pessoa, 2009. Disponível em:
<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3133/2259>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

TEWELL, Eamon. A decade of critical information literacy. **Communications in Information Literacy**, v.9, n.1, p.24-43, 2015. Disponível em:
<<http://www.comminfolit.org/index.php?journal=cil&page=article&op=view&path%5B%5D=v9i1p24>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

TOMORIOVÁ, Frantiska. Information ethics in the context of information literacy. **ProInFlow**, v.8, n.2, 2016. Disponível em:
<<http://www.phil.muni.cz/journals/index.php/proinflow/article/view/1533>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

TUANA, Nancy. Conceptualizing Moral Literacy. **Journal of Educational Administration**, v.45, n.4, p.364-378, 2007. Disponível em:
<<http://site.ebrary.com/lib/uniba/reader.action?docID=10196373>>. Acesso em: 20 jul. 2017.